

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI [·]/2026

ANEXO 08

GLOSSÁRIO

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BARRAGENS PEDREIRA E DUAS PONTES E DE UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA, E A OPERACIONALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS, salvo disposição expressa em sentido contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta ou com letras iniciais maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a ARSESP e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre estas partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO 05 – ACORDO TRIPARTITE.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE vencedora à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
AGENTE FIDUCIÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA contratada pela CONCESSIONÁRIA para administrar e gerir a garantia prestada pela CPP, nos termos do CONTRATO DE PENHOR e, supletiva e subsidiariamente, no instrumento próprio de sua contratação.
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, criada pela Lei Federal nº 9.984/2000.
ANEXOS	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem constante do EDITAL e do CONTRATO.
APORTE ou APOORTE PÚBLICO	Pagamentos em favor da CONCESSIONÁRIA, a serem realizados pelo PODER CONCEDENTE, em parcelas sucessivas e em função da efetiva execução das OBRAS DO SAR-PCJ, conforme disciplinado na Cláusula 9 do Contrato e no ANEXO 13 – APOORTE PÚBLICO.
ARSESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.025/2007, que figura no CONTRATO na condição de

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	interveniente anuente.
AS BUILT	Conjunto de plantas, desenhos, memoriais descritivos e demais documentos técnicos que refletem com exatidão as obras, instalações e serviços efetivamente executados no âmbito do CONTRATO.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada nos dias [·], em atendimento ao artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998, bem como ao artigo 21 da Lei Federal nº 14.133/2021, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, do CONTRATO e ANEXOS.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada a prestar os serviços de custódia dos RECURSOS VINCULADOS, depositados na CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS, e dos recursos arrecadados no âmbito dos CONTRATOS DE FORNECIMENTO, depositados na CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA, nos termos do EDITAL, do CONTRATO e ANEXOS.
BARRAGENS	Conjuntamente, toda a infraestrutura que compreende a Barragem Pedreira e a Barragem Duas Pontes.
B3	B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BENS DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem empregado na prestação dos SERVIÇOS e na execução do CONTRATO, assim considerados todos os bens, incluindo instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios, dentre outros, sejam estes bens classificados como BENS REVERSÍVEIS ou como BENS PRIVADOS, nos termos do CONTRATO.
BENS PRIVADOS	Bens de propriedade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, não essenciais à prestação dos SERVIÇOS, como as instalações e bens utilizados para fins meramente comerciais e administrativos, incluindo escritórios,

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	depósitos, almoxarifados e pátios de equipamentos, que não sejam considerados essenciais e indispensáveis à prestação dos SERVIÇOS e/ou à execução deste CONTRATO.
BENS REVERSÍVEIS	Bens vinculados à CONCESSÃO que, nos termos do CONTRATO, serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE ou transferidos à SUCESSORA, por ocasião do término do PRAZO DA CONCESSÃO, de modo a garantir a continuidade da prestação dos SERVIÇOS.
BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do Estado de São Paulo.
CCO	Centro de Controle Operacional a ser implantado pela CONCESSIONÁRIA, voltado à gestão e controle das operações, por meio de sistema de vigilância e monitoramento contínuo das unidades operacionais, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.
CERTIFICADOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratado, nos termos do ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE, com garantia de independência, pela CONCESSIONÁRIA, para auxílio à ARSESP no acompanhamento, monitoramento e certificação da realização das obras e investimentos previstos no EDITAL, no CONTRATO e em seus ANEXOS.

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de 5 (cinco) anos que antecede o início do processamento da REVISÃO ORDINÁRIA. O primeiro CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA tem início a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO e perdurará por 5 (cinco) anos – momento em que será iniciado o segundo CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA, e assim sucessivamente.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS	Órgão constituído pelas PARTES que tem por objetivo prevenir e solucionar potenciais divergências de natureza técnica ou econômico-financeira referentes ao CONTRATO.
CONCESSÃO ou CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARSESP e SP ÁGUAS, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, constituída pela ADJUDICATÁRIA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARSESP e da CPP, para prestar os SERVIÇOS, além da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, segundo as leis brasileiras e nos termos do CONTRATO.
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL ou CONCORRÊNCIA	É a modalidade de licitação prevista no artigo 28, II da Lei Federal nº 14.133/2021 eleita para a LICITAÇÃO.
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA	Eventos cujo implemento conjuntivo é necessário para que possa ser emitida a ORDEM DE INÍCIO e, com isso, seja iniciado o transcurso do PRAZO DA CONCESSÃO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições, observados e apresentados pelos participantes da Concorrência Internacional nº SPI [.] /2025, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e declarações, na forma do EDITAL.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedor do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	Conta bancária de titularidade do PODER CONCEDENTE, com movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO, na qual serão depositadas as receitas pagas pelos USUÁRIOS e pelos OPERADORES DE SANEAMENTO no âmbito dos CONTRATOS DE FORNECIMENTO celebrados pela CONCESSIONÁRIA, em contrapartida à operacionalização do fornecimento de água bruta, dentro dos parâmetros regulados pela SP ÁGUAS.
CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS	Conta bancária de titularidade do PODER CONCEDENTE, com movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO, na qual serão depositados os RECURSOS VINCULADOS, se materializada a hipótese descrita no item 6.3 do EDITAL, para a formação de reserva de contingência da CONCESSÃO, com destinação na forma do CONTRATO.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL	Valor de contraprestação pública, conforme PROPOSTA COMERCIAL ofertada pela CONCESSIONÁRIA quando da LICITAÇÃO, a partir da qual será calculada a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA devida à CONCESSIONÁRIA.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA	Valor referencial de contraprestação pública a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, sobre o qual deverá incidir o desconto a ser apresentado pela LICITANTE na PROPOSTA COMERCIAL da LICITAÇÃO, nos termos do EDITAL.
CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA	Remuneração a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, após incidência dos INDICADORES DE DESEMPENHO e do desconto decorrente das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO.
CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	Contrato celebrado com o BANCO DEPOSITÁRIO, tendo por objetivo o regramento e a movimentação da CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS e da CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA, nos termos do ANEXO 12 – CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.
CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO	Contrato de Concessão dos serviços públicos de para a implantação, operação e manutenção de SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ (Piracicaba – Capivari – Jundiaí) e para a operação e manutenção das BARRAGENS e da UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA.
CONTRATO DE FORNECIMENTO	Contrato celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e os USUÁRIOS, ou entre a CONCESSIONÁRIA e o OPERADOR DE SANEAMENTO, conforme modelos previsto no ANEXO 14 – CONTRATO DE FORNECIMENTO, para disciplinar a operacionalização do fornecimento de água bruta pela CONCESSIONÁRIA, dentro dos parâmetros regulados pela SP ÁGUAS.
CONTRATO DE PENHOR	Contrato celebrado entre a CPP e a CONCESSIONÁRIA, para a constituição de garantia do adimplemento do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do EDITAL e do CONTRATO DE CONCESSÃO.
CONTROLE ou CONTROLADORA	Observados os termos do art. 116, da Lei 6.404/1976, significa o direito de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CPP	Companhia Paulista de Parcerias, sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo ESTADO de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688/2004, que figura no CONTRATO na condição de

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	interveniente garantidora.
CREDENCIAMENTO	Procedimento realizado para representação das LICITANTES nas SESSÕES PÚBLICAS e em todos os demais atos da LICITAÇÃO, incluindo a assinatura dos documentos e declarações exigidas no EDITAL.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal n.º 6.385/1976.
DATA-BASE	Abril de 2025.
DATA ROOM	Sítio eletrônico onde os interessados poderão obter o EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e outras informações a respeito da LICITAÇÃO.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	Data de assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, isto é, a partir de quando se inicia o período de 180 (cento e oitenta) dias para implemento das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA, cuja conclusão é condição precedente da eficácia do contrato mediante emissão da ORDEM DE INÍCIO.
DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, conforme cronograma estabelecido no CONTRATO.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo, declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação do objeto da CONCESSÃO, para fins de desapropriação ou servidão administrativa. Este termo também se aplica, para os fins do CONTRATO, caso necessária emissão de Declaração de Interesse Social, nos termos das normas aplicáveis.
DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE de CREDENCIAMENTO, nos termos do item 10 do EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE D, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL e TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL	O Edital de Concorrência Internacional nº SPI [.] /2025 e todos os seus ANEXOS.
ENVELOPE	ENVELOPE contendo os DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, a GARANTIA DA PROPOSTA, a PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, nos termos do EDITAL.
EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO	Evento decorrente de fenômeno climático extremo que afeta a disponibilidade de água ou as infraestruturas do SISTEMA, que atenda a pelo menos um dos seguintes critérios: (a) inundações, quando o nível da água nos reservatórios ou cursos d'água usados para a captação de água bruta ultrapassa níveis críticos, interrompendo temporariamente o fornecimento; (b) tempestades, quando os ventos atingem mais de 100 km/h ou quando ocorrem quedas de granizo de grande intensidade, com danos diretos a estruturas de adução, sistemas de controle ou distribuição de água, interrompendo a operação do sistema; ou (c) secas prolongadas, quando a falta de chuvas se estende por um período superior a 5 (cinco) meses consecutivos, reduzindo significativamente a vazão dos rios que alimentam o sistema de adução, comprometendo o fornecimento de água bruta ao sistema, impactando a operação e exigindo medidas de contingência.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que, comprovadamente, desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, e que enseja a recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do CONTRATO.
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA ou EVTE	Estudo que apresenta os valores e anos contratuais dos investimentos e que subsidiou a LICITAÇÃO.
FASE DE PLANEJAMENTO	Fase que se iniciará a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO, durante o qual a CONCESSIONÁRIA elaborará os PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS, os PROJETOS EXECUTIVOS, e obterá as licenças e autorizações necessárias para a implantação das OBRAS DO SAR-PCJ

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.
FASE DE IMPLANTAÇÃO	Fase que se iniciará ao final da FASE DE PLANEJAMENTO, durante a qual a CONCESSIONÁRIA realizará a implantação das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, e se encerrará com a emissão de todos os TERMOS DE ACEITE das OBRAS DO SAR-PCJ.
FASE DE OPERAÇÃO PARCIAL	Fase que se iniciará com a emissão do primeiro TERMO DE ACEITE das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, podendo ocorrer em paralelo à FASE DE IMPLANTAÇÃO.
FASE DE OPERAÇÃO PLENA	Fase que se iniciará com a emissão do último TERMO DE ACEITE das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS ou do último TERMO DE ACEITE das OBRAS DO SAR-PCJ, o que ocorrer por último, indicando a operação plena, pela CONCESSIONÁRIA, de todas as infraestruturas que compõem as OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS e o SAR-PCJ.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO DE CONCESSÃO, a ser prestada e mantida em vigor, pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARSESP e do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula 35 do CONTRATO.
GARANTIA CPP	Garantia outorgada pela CPP nos termos da Cláusula 11 do CONTRATO.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia do fiel cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIDORES	Companhias seguradoras autorizadas a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, que celebrem contratos com a CONCESSIONÁRIA necessários à cobertura dos riscos

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	inerentes ao desenvolvimento das obras e prestação de serviços objeto da CONCESSÃO, ou INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS responsáveis pela emissão de fiança bancária.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores (exceto conselheiros de administração), acionistas ou cotistas (estes últimos com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos termos do EDITAL.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Parâmetros de mensuração da qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA definidos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO que contribuirão para determinar a qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA e cujo descumprimento será refletido na definição da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA nos termos do MECANISMO DE PAGAMENTO constante do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO.
ÍNDICE DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS ou IQS	Índice apurado trimestralmente, conforme diretrizes constantes do ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO do CONTRATO, e que reflete o desempenho da prestação dos SERVIÇOS por parte da CONCESSIONÁRIA.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que interfiram ou sofram interferência, ou possam vir a fazê-lo, de forma direta ou indireta, em razão de atividade objeto do CONTRATO desempenhada pela CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO	Relação formal dos bens, investimentos e obras a serem operados e mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, os quais deverão ser conservados em conformidade com as diretrizes estabelecidas no CONTRATO e ANEXOS.
INVESTIMENTO CONTINGENTE	Investimento cuja realização não constitui obrigação contratual imediata da CONCESSIONÁRIA, estando sua execução condicionada à solicitação expressa do PODER CONCEDENTE. A solicitação de INVESTIMENTO CONTINGENTE poderá ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do CONTRATO e, quando realizada, ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
INVESTIMENTOS	São as despesas de capital a serem desembolsadas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO, as quais deverão ser realizadas nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, considerados necessários para cumprir e manter aderência aos INDICADORES DE DESEMPENHO, previstos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA	Licença Ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando a sua localização e concepção, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	nas próximas fases de sua implementação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	Atos administrativos que autorizam a instalação do empreendimento ou atividade em determinado local e sua respectiva operação, de acordo com a legislação ambiental pertinente e as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
LICITAÇÃO	Concorrência Internacional nº [●]/2025, promovida pelo PODER CONCEDENTE para a seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedade brasileira ou estrangeira, fundos de investimento e/ou entidade que, isoladamente ou reunida em consórcio, participe da LICITAÇÃO.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3	Documento elaborado pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de RECEITAS ACESSÓRIAS identificados pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de estruturas contratuais ou societárias, ou, ainda, a partir de ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação do PODER CONCEDENTE, e preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e das receitas estimadas.
OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS	São as obras das BARRAGENS e da UTR, que deverão ser concluídas e entregues pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, observado o regramento estabelecido no CONTRATO.
OBRAS DO SAR-PCJ	Obras sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, tendo por objeto a implementação do SISTEMA

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	ADUTOR REGIONAL das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Pagamento mensal devido pela CONCESSIONÁRIA à ARSESP e à SP ÁGUAS para custear o exercício das competências de fiscalização e regulação contratual por parte da ARSESP e da SP ÁGUAS.
OPERADORES DE SANEAMENTO	São os seguintes prestadores dos serviços públicos de abastecimento de água potável, ou quem os suceder nos respectivos Municípios: (i) Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA, em Campinas; (ii) Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa – CODEN, em Nova Odessa; (iii) Secretaria Municipal de Água e Esgoto, em Louveira.
ORDEM DE INÍCIO	Ato expedido pelo PODER CONCEDENTE que dá início a vigência do PRAZO DA CONCESSÃO.
ORDEM DE PAGAMENTO	Ato vinculado emitido pelo PODER CONCEDENTE que autoriza o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA com recursos orçamentários, ou, subsidiariamente, a transferência da quantia devida, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio do acionamento da GARANTIA CPP.
PARCELA CAPEX	Parte do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, calculada na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO, sobre a qual não incidem descontos decorrentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
PARCELA OPEX FIXO	Parte do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL que remunera o OPEX fixo do SISTEMA, calculada na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO, sobre a qual incidem descontos decorrentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
PARCELA OPEX UTR	Parte do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL que remunera o OPEX fixo da UTR, calculada na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	PAGAMENTO, sobre a qual incidem descontos decorrentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
PARCELA OPEX VARIÁVEL SAR	Parte do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL que remunera o OPEX referente à adução de água pelo SAR-PCJ, calculada na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO, sobre a qual incidem descontos decorrentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme o Manual de Procedimentos da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) que constitui o ANEXO III – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à aprovação da ARSESP, no qual será previsto procedimento para a desmobilização e devida reversão dos BENS REVERSÍVEIS da CONCESSÃO e para garantir a contínua e adequada prestação dos SERVIÇOS.
PLANO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO	Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA anualmente, contendo as previsões de vazão e volume mínimo e máximo a serem aduzidos pelos TRAMOS do SAR-PCJ no ano seguinte, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS e do CONTRATO, que deverá ser aprovado pela SP ÁGUAS.
PLANO DE INVESTIMENTOS	Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à avaliação do PODER CONCEDENTE e da ARSESP, com apoio do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, no qual será detalhado todo o processo de construção e implantação das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos do

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	CONTRATO e ANEXOS.
PLANO COMERCIAL DE EXPLORAÇÃO DE RECEITAS ACESSÓRIAS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado no ANEXO 10 – RECEITAS ACESSÓRIAS, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará os projetos para a exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS vislumbradas, nos termos do ANEXO 10 – RECEITAS ACESSÓRIAS.
PLANO DE SEGUROS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS	Conjunto de planos elaborados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS e do CONTRATO, referentes à prestação dos SERVIÇOS, quais sejam: (i) Plano de Operação e Manutenção; (ii) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; (iii) Plano de Emergência e Contingência; e (iv) Plano de Segurança de Barragens.
PLATAFORMA DE LEILÕES DA B3	Plataforma de leilões administrado pela B3 que irá receber e custodiar os documentos da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL, de acordo com as orientações contidas no ANEXO III – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
PODER CONCEDENTE ou ESTADO	Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - SPI.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos deste CONTRATO.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO, prorrogável nas hipóteses previstas no CONTRATO.
PREÇO DE FORNECIMENTO	Preço devido pelo USUÁRIO ou OPERADOR DE SANEAMENTO em contrapartida à operacionalização

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	do fornecimento de água bruta pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO DE FORNECIMENTO.
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	Programa a ser desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
PROJETO BÁSICO	Documento que corresponde a um conjunto de elementos que permitem a caracterização da obra, do serviço ou do complexo de obras e serviços, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam definidos, detalhando custos e prazos de execução.
PROJETO EXECUTIVO	Conjunto de documentos e peças técnicas necessárias e suficientes para a execução integral das obras, serviços e fornecimentos previstos no CONTRATO. Deve conter, de forma detalhada e precisa, todas as especificações técnicas, desenhos, memoriais descritivos, memórias de cálculo, estudos, quantitativos e demais informações indispensáveis para o planejamento, orçamento, acompanhamento e execução das intervenções, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com os ANEXOS do CONTRATO.
PROPOSTA COMERCIAL	Oferta apresentada pela LICITANTE vencedora contendo o valor do desconto sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE, conforme regramento do EDITAL.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias, a serem excepcionalmente auferidas pela

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	CONCESSIONÁRIA, observadas as disposições específicas do CONTRATO DE CONCESSÃO para sua exploração.
RECURSOS VINCULADOS	Valor a ser depositado na CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS, caso a PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE vencedora apresente desconto a partir de 10% (dez por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA, nos termos do item 6.3 do EDITAL, para a formação de reserva de contingência da CONCESSÃO, com destinação na forma do CONTRATO.
REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal, social e trabalhista para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO	Documento técnico a ser produzido durante o TRIMESTRE DE APURAÇÃO pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE contendo a aferição do nível de cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA e que definirá o valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA no TRIMESTRE DE PAGAMENTO seguinte à respectiva emissão.
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS	Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP, contendo as medidas de prevenção e mitigação de impactos de EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS, nos termos do CONTRATO.
RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, na forma do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, que terá por objetivo exclusivo a identificação de passivos socioambientais.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoa natural nomeada pela LICITANTE para atuar em seu nome durante a condução da LICITAÇÃO.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, conduzida pela ARSESP, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício do PODER CONCEDENTE, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que uma PARTE suporte os prejuízos decorrentes de materialização de evento cujo risco é atribuído, pela lei ou pelo CONTRATO, à outra PARTE, quando não for possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada a cada 5 (cinco) anos, com o escopo de implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e a revisão do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, dos INDICADORES DE DESEMPENHO e de quaisquer condições do CONTRATO a fim de manter a sua atualidade, sempre respeitado o equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no CONTRATO.
SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS ou SPI	Órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta do ESTADO de São Paulo, nos termos do Decreto nº 69.377/2025.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SERVIÇOS	Serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, compreendendo a implantação, operação e manutenção de SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, a operação e manutenção das BARRAGENS e de UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA, e a operacionalização do fornecimento de água bruta, nos termos do CONTRATO e ANEXO 02 – CADERNO DE SERVIÇOS.
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	Serviços auxiliares, complementares e correlatos aos SERVIÇOS, a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA e sob regulação da SP ÁGUAS, conforme previstos no CONTRATO DE FORNECIMENTO.
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	Sessão pública para abertura do ENVELOPE C das LICITANTES cujas GARANTIAS DA PROPOSTA tenham sido declaradas regulares pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, bem como para a prática dos demais atos pertinentes ao procedimento da LICITAÇÃO.
SISTEMA	Compreendido pelo SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, pelas BARRAGENS e pela UNIDADE DE TRATAMENTO

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	DO RIO CAMANDUCAIA, objeto da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.
SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ ou SAR-PCJ	Sistema adutor das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), no ESTADO de São Paulo, formado pelos TRAMOS, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS e do ANEXO 11 – BENS REVERSÍVEIS.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE	Sociedade anônima constituída na conformidade da lei brasileira com a finalidade específica de prestar os SERVIÇOS e as demais atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS objeto da CONCESSÃO.
SP ÁGUAS	Agência de Águas do Estado de São Paulo, resultante da transformação do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE promovida pela Lei Complementar Estadual nº 1.413/2024, que figura no CONTRATO na condição de interveniente anuente.
SUBCONTRATADO	Terceiro contratado por conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de qualquer das atividades inerentes ao CONTRATO, tais como execução de obras, operação e manutenção da infraestrutura, a prestação dos SERVIÇOS, bem como de atividades acessórias, complementares ou de projetos associados, a outra(s) empresas que se responsabilizará(ão) pela respectiva atividade objeto do CONTRATO, observadas as disposições do CONTRATO e o disposto no art. 25 da Lei Federal n. 8.987/95.
SUCESSORA	Nova concessionária selecionada para a prestação dos SERVIÇOS, ao final da CONCESSÃO ou em eventual procedimento de relicitação, nos termos da Lei Estadual nº 16.933/2019.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
TERMO DE ACEITE	Documento emitido pela ARSESP que certifica o cumprimento dos requisitos para cada uma das OBRAS DO SAR-PCJ e das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, conforme procedimento previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO, e indica que a respectiva obra está apta a iniciar a operação.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento contendo registro das eventuais ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas no SISTEMA, que a ARSESP deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA, ao final da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.
TRAMOS	Em conjunto, o TRAMO CENTRAL, o TRAMO CENTRO-SUL e o TRAMO OESTE.
TRAMO CENTRAL	Tramo do SAR-PCJ com ponto de captação no rio Jundiá e ponto de entrega na barragem do córrego Fetá adjacente à ETA de Louveira, nos termos do ANEXO 11 – BENS REVERSÍVEIS.
TRAMO CENTRO-SUL	Tramo do SAR-PCJ com ponto de captação no rio Jaguari e ponto de entrega na nova ETA a ser implantada pela SANASA no bairro Gargantilha, nos termos do ANEXO 11 – BENS REVERSÍVEIS.
TRAMO OESTE	Tramo do SAR-PCJ com ponto de captação no rio Piracicaba e ponto de entrega na represa da CODEN no córrego Recanto, onde se encontra uma das captações de Nova Odessa, nos termos do ANEXO 11 – BENS REVERSÍVEIS.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 e no CONTRATO.
TRIBUNAL ARBITRAL	Colegiado arbitral institucional a ser designado nos termos do ANEXO 10 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos e condições previstos no CONTRATO e ANEXOS.
TRIMESTRE DE APURAÇÃO	Período durante o qual o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá produzir o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO contendo a aferição do nível de cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
TRIMESTRE DE PAGAMENTO	Período subsequente ao TRIMESTRE DE APURAÇÃO durante o qual vige o valor da CONTRAPRESTAÇÃO

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

	PÚBLICA MENSAL EFETIVA nele apurado, conforme o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO do VERIFICADOR INDEPENDENTE, observado o disposto no CONTRATO e no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO.
UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA ou UTR	Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia, a ser implantada pelo PODER CONCEDENTE e operada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.
USUÁRIOS	<p>Usuários de recursos hídricos que celebrarão CONTRATO DE FORNECIMENTO com a CONCESSIONÁRIA.</p> <p>Serão considerados Usuários:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) os prestadores do serviço público de abastecimento de água potável; e(ii) aqueles pertencentes às categorias agrícola e industrial, exclusivamente quando classificados como de médio ou grande porte, assim definidos os que apresentem vazão mínima superior a [●] e [●], respectivamente.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS devidas à CONCESSIONÁRIA ao longo da vigência do CONTRATO.
VERIFICADOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE, com garantia de independência, que deverá apoiar a ARSESP na aferição e/ou mensuração independente da aderência dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA aos INDICADORES DE DESEMPENHO do CONTRATO previstos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO.